

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries, Inc. (“SI”) respectivamente. Em abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

A Companhia também é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense (“CTS”), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2018.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária,

variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do exercício.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber decorrentes das vendas do varejo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada indireta SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Propriedades para investimentos--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e inclui os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes e, a partir de então, são avaliadas anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável e as variações decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do exercício.

(n) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE - Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas.

Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(t) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(u) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(v) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(w) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(x) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(y) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações financeiras, "acionistas controladores" representam todos os acionistas da Companhia e "não controladores" representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	2017	2016
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A.	63,37	63,37
Companhia Tecidos Santanense	56,51	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA, SGUS e AMMO, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	2017	2016	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	3,3080	3,2591	1,5%
Taxa média:			
31 de dezembro (12 meses)	3,2031	3,4500	-7,2%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

Norma

Alterações à IAS 12 — Reconhecimento dos impostos diferidos ativos para perdas não realizadas

Iniciativa de divulgação (alterações à norma IAS 1)

Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2014-2016

A adoção destes novos pronunciamentos não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

- b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2017. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente

A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras.

CPC 48 (IFRS 9) - "Instrumentos Financeiros"

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39 (CPC 48), tendo como principais alterações: (i) novos critérios classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – Leasing, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de

arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - Income Taxes, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, os efeitos referentes à aplicação destes pronunciamentos não foram estimados e por esse motivo os impactos não estão sendo divulgados.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Operações compromissadas (*)	316	-	87.850	54.645
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	11.653	1.970
Depósitos no exterior	-	-	67.217	122.599
Depósitos em contas correntes	89	286	5.296	4.206
	-----	-----	-----	-----
	405	286	172.016	183.420
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2017	2016
Renda fixa no exterior	16.969	6.806
Fundo de investimento – (US\$)	45.056	37.026
Depósitos vinculados (US\$) (2)	63.819	62.057
Depósito restrito (1)	609	599
	-----	-----
	126.453	106.488
Circulante	(62.634)	(44.431)
	-----	-----
Não circulante	63.819	62.057
	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2017, a controlada indireta SGUS possuía depósitos restritos em instituições financeiras no valor total US\$184 mil (US\$184 mil em 31 de dezembro de 2016) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Refere-se a depósito mantido no exterior, vinculado ao empréstimo tomado junto ao Santander S.A. O rendimento é de 1,3% a.a. e o prazo para resgate coincide com os prazos do referido empréstimo.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2017	2016
Cientes no mercado interno	482.334	477.167
Cientes no mercado externo	142.364	138.525
Operadoras de cartão de crédito	4.771	8.120
Partes relacionadas		
Mercado interno	2.113	2.111
Mercado externo	1.476	2.331
	-----	-----
	633.058	628.254
Provisão para devedores duvidosos	(41.882)	(35.865)
	-----	-----
	591.176	592.389
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 74 dias (71 dias em 31 de dezembro de 2016). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2017 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 10% das vendas líquidas.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2017	2016
A vencer	519.955	513.600
Vencidas até 30 dias	34.628	28.513
Vencidas de 31 a 60 dias	5.490	7.163
Vencidas de 61 a 90 dias	4.058	4.944
Vencidas de 91 a 180 dias	2.617	13.262
Vencidas de 181 a 360 dias	7.499	5.966
Vencidas acima de 360 dias	58.811	54.806
	-----	-----
	633.058	628.254
	=====	=====

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	(35.865)	(38.567)
Adições	(6.898)	(5.143)
Baixas	937	7.039
Variação cambial	(56)	806
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(41.882)	(35.865)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2017	2016
Matéria-prima e secundários	117.866	147.139
Produtos em elaboração	165.673	165.541
Produtos acabados	280.117	251.623
Peças de reposição	62.314	66.712
	-----	-----
	625.970	631.015
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerada suficiente para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados ou obsoletos.

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

	2016	Adições	Baixas	Variação cambial	2017
Matéria-prima e secundários	(1.246)	-	702	-	(544)
Produtos acabados	(9.194)	-	5.196	161	(3.837)
Peças de reposição	(2.994)	-	530	(150)	(2.614)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(13.434)	-	6.428	11	(6.995)
	=====	=====	=====	=====	=====

	2015	Adições	Baixas	Variação cambial	2016
Matéria-prima e secundários	(1.313)	-	67	-	(1.246)
Produtos acabados	(10.243)	(2.783)	1.967	1.865	(9.194)
Peças de reposição	(1.465)	(1.548)	-	19	(2.994)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(13.021)	(4.331)	2.034	1.884	(13.434)
	=====	=====	=====	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Clientes em recuperação extra judicial (a)	17.500	21.545
Clientes em recuperação judicial (b)	2.091	-
Parcelamento de acordo com clientes (c)	211	-
Clientes em recuperação judicial (d)	1.549	-
Venda de imóvel (e)	17.480	-
Financiamento no repasse de lojas (f)	9.671	9.084
Aluguéis a receber	143	-
	-----	-----
	48.645	30.629
Circulante (*)	(11.257)	(6.341)
	-----	-----
Não circulante	37.388	24.288
	=====	=====

(*) Incluída na rubrica de “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

(a) Pagamento em 72 parcelas mensais iguais com incidência de taxa equivalente a 80% do índice dos certificados de depósitos interbancários – CDI.

(b) Pagamento em 20 parcelas semestrais com carência de 42 meses para início de pagamento em março de 2020, com juros de 0,5% a.a. mais taxa referencial – TR.

(c) Pagamento em 19 parcelas mensais iguais.

(d) Pagamento em 12 parcelas anuais crescentes com correção de 2% a 3% ao ano.

(e) Pagamento em 59 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês.

(f) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

8. VALORES A RECEBER – VENDA DE IMOBILIZADO

Em maio de 2015, a controlada indireta CSA vendeu imóvel localizado na cidade de Montes Claros – MG, à prefeitura daquela cidade, pelo valor de R\$48.000 à prazo, a ser recebido em 12 parcelas de R\$1.000 cada, mais 24 parcelas de R\$1.500 cada, corrigidas pelo IGP-M desde a assinatura do contrato e com carência de 12 meses para o início dos pagamentos. Tal contrato, em que da matrícula de transferência do imóvel consta cláusula pró-solvendo, foi firmado com o Poder Executivo Municipal após autorização expressa do Poder Legislativo daquele Município. O Poder Executivo entrou na posse do imóvel e iniciou as obras de “retrofit”. A controlada indireta CSA possui garantia sobre as parcelas a receber, por vínculo das receitas e quotas do Fundo de Participação do Município – FPM.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos estabelecermos uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em 27 de outubro de 2017, a Prefeitura de Montes Claros e a controlada indireta CSA assinaram protocolo de intenções com o objetivo de viabilizar a implantação do complexo da nova Prefeitura Municipal que irá abrigar o governo e as principais secretarias num único conjunto arquitetônico situado no imóvel da primeira fábrica da Companhia em Montes Claros. Os principais pontos do protocolo são: i) entrega de imóveis da Prefeitura, previamente selecionados, para pagamento dos recebíveis da CSA, os quais serão objeto de avaliação independente (estimado em 77% do valor total a ser recebido) mais a compensação de impostos municipais correntes e futuros (estimados em 23% do valor total a ser recebido) e ii) implantação pela CSA da primeira etapa de adequação do complexo em até 7 meses após a assinatura do contrato, com investimentos feitos pela CSA no valor de aproximadamente R\$10.477 que se incorporarão aos valores a serem pagos pela Prefeitura à CSA. A ratificação do protocolo deverá ser objeto de projeto de lei municipal a ser encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara.

A administração da CSA, baseada no parecer de seus advogados, no protocolo de intenções e em recente atualização do valor de mercado do imóvel, concluiu que atualmente não há expectativas de perdas com esse recebível.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio	Partici-	Resultado	Total dos investimentos		Resultado de equivalência	
	líquido	pação	do			patrimonial	
		- %	exercício	2017	2016	2017	2016
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A.	1.149.507	52,92	21.043	608.265	541.396	11.135	(3.959)
Oxford Comércio e Participações S.A.	227.268	63,37	17.337	144.020	133.665	10.987	(1.540)
Tropical Agroparticipações S.A. (1)	158.995	100,00	12.437	158.995	-	12.437	-
Coteminas International Ltd.	8.376	100,00	92	8.376	8.120	92	(7.589)
Companhia Tecidos Santanense	262.641	2,07	19.944	5.437	5.122	413	(65)
Coteminas (Sucursal Argentina)	(53)	100,00	(9)	(53)	(52)	(9)	(7)
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				925.040	688.251	35.055	(13.160)
				=====	=====	-----	-----
Investimentos em coligadas (direto):							
Cantagalo General Grains S.A.	(225.308)	27,50	(93.889)	-	-	-	(55.776)
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	141.578	30,40	82.704	43.040	17.896	25.142	(42.644)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas				43.040	17.896	25.142	(98.420)
						-----	-----
Investimentos em coligadas (indireto):							
Cantagalo General Grains S.A.	(225.308)	1,68	(93.889)	-	-	-	(3.415)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas – consolidado				43.040	17.896	25.142	(101.835)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou aporte de capital na controlada Tropical Agroparticipações S.A. Os ativos aportados referem-se ao acervo líquido da fazenda tropical descritos na nota explicativa nº 10.1 às demonstrações financeiras. Vide nota explicativa nº 28.b às demonstrações financeiras.

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patri- mônio líquido	Partici- pação - %	Resultado do exercício	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				2017	2016	2017	2016
Springs Global Participações S.A.	1.166.587	47,08	21.043	541.242	481.740	9.908	(3.523)
Oxford Comércio e Participações S.A.	227.268	36,63	17.337	83.248	77.263	6.351	(890)
Companhia Tecidos Santanense	262.641	12,02	19.944	31.568	29.739	2.397	(380)
Springs Canada Holdings, LLC (*)	-	-	4.085	-	4.668	581	1.141
Total dos acionistas não controladores				656.058	593.410	19.237	(3.652)

(*) Nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 2017, a controlada SGUS comprou ações do acionista minoritário da Springs Canada Holdings, aumentando a sua participação de 93,8% para 100,0%. As transações foram aprovadas por unanimidade pelo conselho de administração da Springs Canada Holdings. Em 30 de dezembro de 2017, a Springs Canada Holdings foi incorporada pela SGUS.

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Cantagalo General Grains S.A. IAS 16 pleno (1.a) 2017	Cantagalo General Grains S.A. (1)		Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)	
		2017	2016	2017	2016
Ativos circulantes	249.889	249.889	388.824	225.653	208.059
Ativos não circulantes	1.940.699	805.106	895.698	349.789	319.165
Total dos ativos	2.190.588	1.054.995	1.284.522	575.442	527.224
Passivos circulantes	554.576	554.576	648.015	226.952	275.207
Passivos não circulantes	1.060.116	783.318	776.338	185.531	174.493
Total dos passivos	1.614.692	1.337.894	1.424.353	412.483	449.700
Patrimônio líquido – Controladora	520.530	(225.308)	(125.795)	141.578	58.875
Receita líquida	83.699	83.699	2.629.201	635.038	505.730
Lucro (prejuízo) do exercício – Controladora	(93.889)	(93.889)	(330.453)	82.704	(140.276)

(1) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes em geral, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda., CGG Trading S.A. e Belarina Alimentos S.A.

(1.a) Aplicação plena do IAS 16 pela coligada -- Em 31 de dezembro de 2017, a coligada Cantagalo General Grains S.A. possuía patrimônio líquido devedor de R\$225.308, apurados contabilmente de acordo com o IFRS, IASB e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que não permitem a adoção plena do IAS 16 – Imobilizado, o qual prevê a possibilidade de avaliação dos ativos imobilizados a valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, a coligada Cantagalo General Grains S.A. contava com um portfólio de 4 glebas de terras sob seu controle, sendo Fazenda Siqueira (Brasnorte - MT), Fazenda Tropical (Barra Grande do Ribeiro - PI), Fazenda Acreúna (Acreúna - GO) e Fazenda Maria da Cruz (Pedras de Maria da Cruz - MG).

A controlada da Cantagalo General Grains S.A., a CGG Trading S.A., na mesma data, possuía concessão para operação do terminal portuário Tegram localizado no porto de Itaqui – MA, cujos benefícios econômicos futuros desse investimento superam significativamente o seu preço de aquisição.

Conforme permitido pelo IAS 16 - Imobilizado, essa Coligada, por meio de consultoria independente e especializada em avaliação patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, apurou o valor de mercado das fazendas de sua propriedade e da concessão de operação portuária possuída por sua controlada, apurando um valor de R\$1.525.528, o que resulta em uma mais valia desses ativos de R\$1.176.068 quando comparados com os valores contábeis históricos, e um acréscimo em seu patrimônio líquido de R\$745.838, líquidos da provisão para impostos e deduzido a participação de acionistas minoritários (investidores diretos na CGG Trading S.A.).

Caso fosse aceita a aplicação plena do IAS 16 no Brasil, o efeito no patrimônio da coligada seria um acréscimo de R\$745.838 e, conseqüentemente, o investimento direto e indireto da Companhia nessa coligada seria de R\$151.891 (R\$143.146 no investimento direto e R\$8.745 no investimento indireto).

(2) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- Possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

10. PROPRIEDADES (IMOVEIS) PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Fazenda Tropical (1)		Imóveis para renda (2)	Imóveis para renda (3)	Total
	Imóveis para renda	Edifícios e instalações			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	131.517	12.411	50.000	-	193.928
Adições (baixas)	13.480	(125)	310	43.722	57.387
Avaliação inicial do valor justo (*)	-	-	-	167.454	167.454
Variação do valor justo (**)	21.384	(3.541)	29.041	-	46.884
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2017	166.381	8.745	79.351	211.176	465.653
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Valores lançados em ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

(**) Valores lançados no resultado do exercício.

1) A Companhia, em outubro de 2016, adquiriu imóvel denominado Fazenda Tropical, localizada em Baixa Grande do Ribeiro, Piauí, com 26.949 hectares, de sua coligada Cantagalo General Grains pelo valor total de R\$143.928. Os valores a pagar e pagos foram os seguintes:

	Fazenda Tropical	
	2017	2016
Valor da compra	143.928	143.928
Valores pagos	(91.227)	(45.791)
Adição ao preço por condição contratual	10.800	-
Variação cambial parcela paga	(268)	(268)
Apropriação de juros	2.122	469
	-----	-----
Total	65.355	98.338
Circulante	(28.547)	(34.296)
	-----	-----
Não circulante	36.808	64.042
	=====	=====

O saldo a pagar inclui a transferência de um financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, ainda em andamento, a ser pago em 8 parcelas anuais no valor de R\$5.258, acrescidas de juros de 3,53% a.a. O financiamento possui garantia do próprio imóvel.

A Companhia obteve avaliação efetuada por especialista em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo do imóvel e, a diferença positiva entre o valor justo do imóvel em 2016 e o valor justo apurado em 2017, foi registrada no resultado, na rubrica de "Variação do valor justo de propriedades para investimentos". Os efeitos de impostos no valor de R\$6.066 estão registrados na rubrica de impostos diferidos.

O Valor justo em 2017 foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercado Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Em 29 de dezembro de 2017 a controlada Tropical Agroparticipações S.A. foi constituída, e a Companhia utilizou esses ativos como aporte de capital. Vide nota explicativa nº 9.2 às

demonstrações financeiras.

2) A Companhia adquiriu em 2016, terreno na cidade de Montes Claros – MG, com 214 mil metros quadrados de sua Coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários. Esse terreno completa uma área contígua já de propriedade da Companhia, num total de 549 mil metros quadrados.

A Companhia obteve avaliação efetuada por especialista em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo do imóvel e, a diferença positiva entre o valor justo do imóvel em 2016 e o valor justo apurado em 2017, foi registrada no resultado, na rubrica de variação do valor justo de propriedades para investimentos”. Os efeitos de impostos no valor de R\$6.911 estão registrados na rubrica de impostos diferidos.

3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada indireta CSA consolidou e deu início à implantação de projeto de locação segmentada de sua unidade fabril localizada em São Gonçalo do Amarante – RN, que foi desativada anteriormente. Como forma de implantação do projeto, ao longo do exercício a Companhia preparou e desocupou a área destinada à locação e já iniciou contratos de arrendamentos com grandes varejistas. Trata-se de um complexo de 247,3 mil m² onde 50,0 mil m² já foram arrendados e alguns outros contratos de arrendamento estão em andamento.

Com a destinação do imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico, diverso das operações têxteis da CSA, foram transferidos os valores residuais do imóvel e suas instalações, antes registrados como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos.

A controlada indireta CSA obteve avaliação efetuada por especialista em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo do imóvel e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2017
Custo residual do imóvel:	
Terrenos e benfeitorias	3.894
Edifícios	22.887
Instalações	13.230
Projetos em andamento	3.711

Total do custo residual (i)	43.722
Mais valia apurada (ii)	167.454

Valor justo (iii) (iv)	211.176
	=====

(i) Valores transferidos da rubrica de imobilizado. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

(ii) Inclui imposto diferido passivo de R\$56.934. Vide nota explicativa nº 18.c às demonstrações financeiras.

(iii) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercato Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de

bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

(iv) Vide nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras.

Em 2017 os valores de receita por arrendamento foram de R\$1.748 e estão classificadas na demonstração do resultado na rubrica de “Outras, líquidas”.

11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (i) %	2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	2,4	38.320	(10.198)	28.122	35.452
Edifícios	2,7	417.669	(176.064)	241.605	269.931
Instalações	6,5	255.655	(178.659)	76.996	94.850
Máquinas e equipamentos	6,3	1.359.758	(980.155)	379.603	382.772
UHE - Porto Estrela (ii)	3,8	37.587	(16.590)	20.997	22.428
Usinas (CTS)	3,9	18.820	(9.513)	9.307	8.844
Móveis e utensílios	8,4	47.816	(34.778)	13.038	13.992
Veículos	20,0	14.774	(12.953)	1.821	2.068
Computadores e periféricos	15,6	60.367	(56.247)	4.120	4.252
Obras em andamento	-	32.342	-	32.342	59.262
Outros	9,4	145.014	(138.742)	6.272	7.449
		-----	-----	-----	-----
		2.428.122	(1.613.899)	814.223	901.300
		=====	=====	=====	=====

(i) - Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(ii) - Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas concluíram que não há indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	2016	Adições	Baixas	Transferências		Variação cambial	2017
				Entre contas e para o disponível para vendas	Para propriedades para investimentos		
Terrenos e benfeitorias	44.582	1.192	(2.714)	-	(4.203)	(537)	38.320
Edifícios	481.090	12	(32.571)	18.285	(48.148)	(999)	417.669
Instalações	284.895	258	(689)	6.155	(34.151)	(813)	255.655
Máquinas e equipamentos	1.335.694	16.158	(28.952)	38.412	(23)	(1.531)	1.359.758
UHE – Porto Estrela	37.584	3	-	-	-	-	37.587
Usinas (CTS)	17.807	1.016	(5)	2	-	-	18.820
Móveis e utensílios	47.436	858	(1.663)	1.086	-	99	47.816
Veículos	17.919	757	(3.832)	(81)	-	11	14.774
Computadores e periféricos	61.945	1.688	(3.221)	(726)	-	681	60.367
Obras em andamento	59.262	39.209	(14.088)	(48.081)	(3.711)	(249)	32.342
Outros	143.042	-	(33)	-	-	2.005	145.014
	2.531.256	61.151	(87.768)	15.052	(90.236)	(1.333)	2.428.122
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2016	Adições	Baixas	Transferências		Variação cambial	2017
				entre contas e para o disponível para vendas	para propriedades para investimentos		
Terrenos e benfeitorias	(9.130)	(1.743)	668	-	-	7	(10.198)
Edifícios	(211.159)	(10.871)	27.777	(7.681)	25.261	609	(176.064)
Instalações	(190.045)	(10.358)	513	(58)	20.921	368	(178.659)
Máquinas e equipamentos	(952.922)	(53.137)	24.392	625	23	864	(980.155)
UHE – Porto Estrela	(15.156)	(1.434)	-	-	-	-	(16.590)
Usinas (CTS)	(8.963)	(553)	4	(1)	-	-	(9.513)
Móveis e utensílios	(33.444)	(2.234)	1.196	(161)	-	(135)	(34.778)
Veículos	(15.851)	(1.002)	3.643	277	-	(20)	(12.953)
Computadores e periféricos	(57.693)	(1.649)	2.810	991	-	(706)	(56.247)
Outros	(135.593)	(1.143)	-	-	-	(2.006)	(138.742)
	(1.629.956)	(84.124)	61.003	(6.008)	46.205	(1.019)	(1.613.899)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Custo:

	2015	Adições	Baixas	Transferên- cias entre contas e para o disponível para venda	Provisão para perdas com ativos	Variação cambial	2016
Terrenos e benfeitorias	68.494	1.080	(6.083)	4.904	(21.963)	(1.850)	44.582
Edifícios	485.985	4.541	-	(1.962)	-	(7.474)	481.090
Instalações	284.545	472	(306)	3.540	(785)	(2.571)	284.895
Máquinas e equipamentos	1.333.726	13.924	(4.445)	16.078	(49)	(23.540)	1.335.694
UHE – Porto Estrela	37.552	32	-	-	-	-	37.584
Usinas (CTS)	17.236	560	(2)	13	-	-	17.807
Móveis e utensílios	52.732	1.370	(1.132)	631	(4.077)	(2.088)	47.436
Veículos	18.936	314	(241)	(7)	-	(1.083)	17.919
Computadores e periféricos	68.415	1.495	(570)	521	(354)	(7.562)	61.945
Obras em andamento	67.066	44.023	(1.837)	(49.584)	-	(406)	59.262
Outros	169.053	2	(334)	-	-	(25.679)	143.042
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	2.603.740	67.813	(14.950)	(25.866)	(27.228)	(72.253)	2.531.256
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2015	Adições	Baixas	Transferên- cias entre contas e para o disponível para venda	Provisão para perdas com ativos	Variação cambial	2016
Terrenos e benfeitorias	(23.278)	(5.985)	3.755	(760)	17.090	48	(9.130)
Edifícios	(207.107)	(10.808)	-	760	-	5.996	(211.159)
Instalações	(180.897)	(10.619)	212	(84)	380	963	(190.045)
Máquinas e equipamentos	(950.446)	(51.345)	3.514	25.749	20	19.586	(952.922)
UHE – Porto Estrela	(13.722)	(1.434)	-	-	-	-	(15.156)
Usinas (CTS)	(8.422)	(544)	2	1	-	-	(8.963)
Móveis e utensílios	(34.738)	(3.048)	730	(11)	1.809	1.814	(33.444)
Veículos	(16.092)	(989)	216	(2)	-	1.016	(15.851)
Computadores e periféricos	(63.931)	(2.022)	553	(5)	296	7.416	(57.693)
Outros	(160.036)	(1.336)	114	-	-	25.665	(135.593)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(1.658.669)	(88.130)	9.096	25.648	19.595	62.504	(1.629.956)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$33.731 (R\$49.235 em 31 de dezembro de 2016) foi apresentado como “Imobilizado disponível para venda” no ativo não circulante e, consequentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil. A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2016	Adições	Baixas	Transferências de/para o imobilizado	Variação cambial	2017
Custo	448.763	440	(52.105)	(16.153)	4.601	385.546
Depreciação	(357.329)	(1.058)	31.382	6.008	(3.974)	(324.971)
Provisão para perda	(42.199)	(73)	14.947	1.101	(620)	(26.844)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	49.235	(691)	(5.776)	(9.044)	7	33.731
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2015	Adições	Baixas	Transferências de/para o imobilizado	Variação cambial	2016
Custo	504.262	424	(1.901)	25.866	(79.888)	448.763
Depreciação	(395.310)	(1.066)	1.381	(25.647)	63.313	(357.329)
Provisão para perda	(49.820)	(872)	1.117	-	7.376	(42.199)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	59.132	(1.514)	597	219	(9.199)	49.235
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2017	2016
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	37.748	36.821
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	27.303
Marcas – próprias	16.339	16.334
Marcas – licença de uso (*)	9.157	11.373
Propriedade intelectual	3.139	-
Pontos comerciais (luvas)	21.101	24.136
Outros	18	20
	-----	-----
Total	114.805	115.987
	=====	=====

(*) Marcas - licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2017 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada indireta SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da controlada SGPSA referente à aquisição da AMMO. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	2016	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	2017
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	36.821	-	-	927	37.748
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	27.303
Marcas – próprias	16.334	5	-	-	16.339
Marcas – licença de uso	11.373	-	(734)	(1.482)	9.157
Propriedade intelectual	-	3.139	-	-	3.139
Pontos comerciais (luvas)	24.136	(3.035)	-	-	21.101
Outros	20	(2)	-	-	18
Total	115.987	107	(734)	(555)	114.805
	=====	=====	=====	=====	=====

	2015	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	Provisão para desvalorização de ativos (*)	2016
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	43.929	-	-	(7.108)	-	36.821
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	-	27.303
Marcas – próprias	16.307	27	-	-	-	16.334
Marcas – licença de uso	-	12.309	(337)	(599)	-	11.373
Pontos comerciais (luvas) (*)	39.643	(4.000)	-	-	(11.507)	24.136
Outros	22	(2)	-	-	-	20
Total	127.204	8.334	(337)	(7.707)	(11.507)	115.987
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Em 2016, a controlada indireta AMMO contabilizou provisão para desvalorização dos pontos comerciais. Em 2017, nova avaliação foi realizada e não foi identificada a necessidade de ajustes à provisão.

Os ativos intangíveis descritos acima (exceto “Marcas – licença de uso” e “Propriedade intelectual”) possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda deduzidos de provisão para desvalorização, baseado em seu valor de mercado determinado por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual	Venci-	Consolidado	
	Moeda	de juros - %	mento	2017	2016
Moeda nacional:					
		128,7 e 135,0 do CDI e			
Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE) (a), (d)	R\$	11,2 + IRP	2021	410.348	398.904
Banco do Brasil S.A. (a)	R\$	157,8 do CDI	2018	81.945	82.124
Bradesco S.A.	R\$	4,42 e 4,54 + CDI	2018	20.228	31.437
Banco Votorantim S.A. (a)	R\$	100,0 e 115,0 do CDI	2018	81.461	41.730
Banco Santander S.A.	R\$	129,9 do CDI	2018	-	50.888
Banco Itaú BBA S.A. (e)	R\$	132,0 do CDI	2018	101.012	104.237
Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB)	R\$	135,0 e 137,5 do CDI e CDI + 5,0	2018	22.430	22.739
Banco BBM S.A.	R\$	149,0 do CDI	2020	49.311	20.153
BDMG	R\$	7,3 + CDI	2019	17.731	16.632
Banco ABC Brasil S.A.	R\$	4,4 a 4,6 + CDI	2020	80.240	-
Banco Fibra – CCE	R\$	15,8	2019	13.775	-
Banco do Brasil S.A. CDC	R\$	9,9 a 10,6	2018	53.383	45.562
BNDES (Finame)	R\$	2,5 a 9,5	2023	6.531	9.385
Banco Santander S.A.	R\$	8,0	2017	-	14.603
Outros	R\$	-	2023	64	66
				938.459	838.460
Moeda estrangeira:					
Banco Patagonia	\$ARG	24,3 e 28,0	2019	30.047	19.574
Banco Frances	\$ARG	28,0	2018	2.797	3.159
Banco Rio – Cerrito	\$ARG	31,5	2018	2.898	-
Wells Fargo Bank, N.A. (b)	US\$ e CAD\$	2,9 a 5,0	2021	105.869	147.319
Banco Santander S.A.	US\$	6,4 e 7,3	2017	-	12.663
Banco do Brasil S.A.	US\$	6,8 e 6,9	2018	61.977	56.423
Banco Santander S.A. PPE (c)	US\$	89,0 a 118,8 do CDI	2020	170.956	102.740
JP Morgan	US\$	Libor + 0,85	2018	25.155	20.804
Banco Industrial do Brasil S.A. (a)	US\$	7,7	2021	27.144	32.985
				426.843	395.667
Total				1.365.302	1.234.127
Circulante				(706.598)	(626.086)
Não circulante				658.704	608.041

(a) Empréstimos mantidos em parte pela controladora.

(b) Linha de crédito rotativo com o Wells Fargo Bank, N.A. no valor de US\$60.000, com prazo de cinco anos. A linha de crédito rotativo limita determinadas atividades da SGUS como, vendas de ativos, distribuição a acionistas e a contratação de novos empréstimos. Substancialmente, os ativos da SGUS foram dados como garantia nos termos do contrato do empréstimo.

(c) Empréstimo com garantia de títulos e valores mobiliários em dólares vinculada no valor de US\$18.900 mil (vide nota explicativa nº 4). Empréstimos com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,5 vezes em 2017; 3,25 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2017, os índices foram cumpridos.

(d) Inclui contratos repactuados pela controlada indireta CSA em novembro de 2016, no valor de R\$328.923 com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na

condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2017, os índices foram cumpridos.

(e) Vide nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros - MG, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia e seus controladores; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2018	2019	2020	2021 a 2023	Total
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE)	82.330	109.246	109.329	109.443	410.348
Banco do Brasil S.A.	81.945	-	-	-	81.945
Bradesco S.A.	20.228	-	-	-	20.228
Banco Votorantim S.A.	81.461	-	-	-	81.461
Banco Itaú BBA S.A.	101.012	-	-	-	101.012
Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB)	22.430	-	-	-	22.430
Banco BBM S.A.	17.367	16.666	15.278	-	49.311
BDMG S.A.	10.170	7.561	-	-	17.731
Banco ABC Brasil S.A.	24.112	30.968	25.160	-	80.240
Banco Fibra – CCE	9.750	4.025	-	-	13.775
Banco do Brasil S.A. CDC	53.383	-	-	-	53.383
BNDES (Finame)	2.756	2.084	802	889	6.531
Outros	51	8	5	-	64
	506.995	170.558	150.574	110.332	938.459
Moeda estrangeira:					
Banco Patagonia	17.275	12.772	-	-	30.047
Banco Frances	2.797	-	-	-	2.797
Banco Rio – Cerrito	2.898	-	-	-	2.898
Wells Fargo Bank, N.A.	-	-	-	105.869	105.869
Banco do Brasil S.A.	61.977	-	-	-	61.977
Banco Santander S.A. PPE	82.205	59.938	28.813	-	170.956
JP Morgan	25.155	-	-	-	25.155
Banco Industrial do Brasil S.A.	7.296	6.616	6.616	6.616	27.144
	199.603	79.326	35.429	112.485	426.843
Total	706.598	249.884	186.003	222.817	1.365.302
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	Empréstimos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.234.127	134.993	1.369.120
Novas captações ou renovações	1.014.518	50.000	1.064.518
Juros provisionados	142.206	10.139	152.345
Amortização de principal	(884.837)	(135.000)	(1.019.837)
Pagamento de juros	(142.244)	(11.190)	(153.434)
Variação cambial	1.019	-	1.019
Encargos antecipados, líquidos	513	(347)	166
	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.365.302	48.595	1.413.897
	=====	=====	=====

14. DEBÊNTURES

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 30 de maio de 2014, a controlada indireta CSA emitiu uma debênture não conversível em ações, a qual, em 7 de julho de 2014, foi integralmente subscrita pelo Banco Votorantim. Posteriormente, o banco alienou a debênture à Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Gaia"), a qual passou a fazer jus ao recebimento do valor total da dívida daquela controlada representada pela debênture, acrescido da remuneração da debênture e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão. A debênture foi totalmente liquidada em seu vencimento, em 13 de junho de 2017.

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 12 de junho de 2017, a controlada indireta CSA emitiu novas debêntures não conversíveis em ações, com as características descritas abaixo, a qual, na mesma data, foi integralmente subscrita pela Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. ("Subscritora"). Posteriormente, a Subscritora alienou as Debêntures à Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), com objetivo de vincular os recursos das debêntures à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA.

Características das Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	50.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização:	
Vencimento 1ª parcela - 25,00%	18/12/2018
Vencimento 2ª parcela - 8,33%	18/06/2019
Vencimento 3ª parcela - 16,67%	18/12/2019
Vencimento 4ª parcela - 50,00%	18/06/2020
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

Os recursos ingressaram naquela controlada na data da subscrição das debêntures. As despesas de emissão das debêntures e subsequentemente as despesas de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$1.977, equivalentes a 3,95% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos das debêntures, na proporção de seu saldo devedor.

Os saldos, em 31 de dezembro de 2017, eram assim compostos.

	Valor original	Encargos antecipados	Juros provisionados	Saldos em 2017	Saldos em 2016
Circulante	12.500	(635)	87	11.952	134.993
Não circulante	37.500	(857)	-	36.643	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	50.000	(1.492)	87	48.595	134.993
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada indireta CSA cujo valor de avaliação é superior a 200% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada indireta CSA com a anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal

alienação não diminua a razão de 200% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada indireta CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a SGPSA, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros); (ii) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (iii) razão entre EBITDA e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos acima estão previstos para todo o período do contrato e sua medição ocorre semestralmente a partir de dezembro de 2017. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de dezembro de 2017, os índices foram cumpridos.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2017	2016
Mercado interno	80.145	51.452
Mercado externo	102.849	103.131
	-----	-----
	182.994	154.583
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente 35 dias (29 dias em 31 de dezembro 2016).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
Prazo de concessão: 35 anos
Valor total da concessão: R\$333.310
Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	6.105	584.184	951.382
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGP-M. Em 31 de dezembro de 2017, esse valor representava R\$62.257, sendo R\$19.473 classificados no passivo circulante e R\$42.784 classificados no passivo não circulante (R\$66.361, sendo R\$17.617 classificados no passivo circulante e R\$48.744 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2017, somam R\$20.997 (R\$22.428 em 31 de dezembro de 2016) (vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada indireta SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil em 2017 foi de R\$39.824 (R\$42.125 em 2016). A controlada indireta SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil em 2017 foi de R\$14.557 (R\$15.438 em 2016).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	2018
2018	34.757
2019	31.218
2020	28.852
2021	29.061
2022	25.479

A partir de 2022, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$181.536.

Para o período de 2018 a 2025, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada indireta SGUS é de R\$33.187.

A controlada indireta SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totaliza R\$21.018 (R\$21.767 em 31 de dezembro 2016), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$167.800 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2017 de 2016 está representado como segue:

	Nº de ações	
	2017	2016
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
	=====	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2017	2016	2017	2016
Consolidado:				
Wembley S.A.	47.159	25.855	1.712	496
Innotex International Ltd.	8.844	8.449	-	-
Holtex Inc.	2.402	489	-	-
Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	61.246	53.941	-	-
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	360	1.136
Seda, Inc.	124	122	-	-
Companhia Tropical de Alimentos e Participações	4	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	119.779	88.856	2.072	1.632
	=====	=====	=====	=====
Encargos financeiros				
(consolidado)				
	2017	2016		
	-----	-----		
Wembley S.A.	3.710	9.573		
Empr. Nac. Com. Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	5.274	2.587		
JAGS - José Alencar Gomes da Silva	136	155		
Innotex International Ltd.	260	255		
Seda S.A.	26	54		
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	(67)	(69)		
Econorte – Empr.Constr.Norte de Minas Ltda.	2	3		
	-----	-----		
	9.341	12.558		
	=====	=====		

Os saldos mantidos com partes relacionadas possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro, ou seja, de 115% à 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior.

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pela Companhia sobre empréstimos e financiamentos tomados pela controlada SGPSA e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$26.375 estava contabilizado, sendo R\$7.418 na rubrica “Outros contas a pagar” no passivo circulante (R\$9.811 em 31 de dezembro de 2016) e R\$18.957 na rubrica “Outras obrigações” no passivo não circulante (R\$26.375 em 31 de dezembro de 2016), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. Em 2017, foi apropriado o valor de R\$9.811 como receita financeira na rubrica “Receitas financeiras” (R\$11.564 em 2016). Esses valores são eliminados nas demonstrações consolidadas.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa ligada, e a controlada Santanense possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os escritórios da controlada. Em 2017, foram provisionados como despesa administrativa, R\$454 (R\$426 em 2016).

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

20. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada indireta CSA, sediadas no Brasil (exceto a unidade de Blumenau – SC) e uma unidade da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais da Companhia e de suas unidades fabris estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão. Os incentivos federais tinham validade até 31 de dezembro de 2016 e os incentivos estaduais têm validade até 31 de dezembro de 2021.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes dos impostos	56.719	(140.823)	57.513	(204.725)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(60.197)	111.580	(25.142)	101.835
Receitas não tributadas	-	-	(56.317)	(45.477)
Outras, líquidas	529	868	(2.712)	(436)
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(2.949)	(28.375)	(26.658)	(148.803)
Imposto de renda e contribuição social - 34%	1.003	9.647	9.064	50.593
Créditos fiscais não constituídos	(7.930)	(9.706)	2.890	10.563
Outros	16	59	(422)	(906)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(6.911)	-	11.532	60.250
	=====	=====	=====	=====
Imposto sobre o lucro – corrente	-	-	(4.892)	1.867
Imposto sobre o lucro – diferido	(6.911)	-	16.424	58.383
	=====	=====	=====	=====

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Reconhecidos no					2017
	2016	Resultado	Patrimônio Líquido	Variação cambial	Outros	
Ativo:						
Prejuízo fiscal, líquido (Companhia) (p)	3.454	-	-	-	-	3.454
Diferenças temporais (Companhia) (p)	899	-	-	-	-	899
Diferenças temporais (Companhia Argentina) (a)	19	-	-	-	(3)	16
Diferenças temporais (CSA - Argentina) (1) (a)	1.482	-	-	-	(181)	1.301
Diferenças temporais (CSA – Brasil) (1) (p)	18.112	(409)	-	-	-	17.703
Prejuízo fiscal, líquido (CSA – Brasil) (1) (p)	27.368	409	-	-	-	27.777
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p)	7.167	-	-	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS – EUA) (2) (a)	54.583	27.458	-	929	607	83.577
Diferenças temporais (AMMO – Brasil) (a)	728	-	-	-	(197)	531
Prejuízo fiscal, líquido (AMMO – Brasil) (a)	2.042	-	-	-	-	2.042
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA – Brasil) (a)	1.906	-	-	-	-	1.906
Diferenças temporais (Santanense) (3) (a)	4.214	1.316	-	-	-	5.530
Prejuízo fiscal, líquido (Santanense) (3) (a)	17.660	627	-	-	-	18.287
	139.634	29.401	-	929	226	170.190
Passivo:						
Diferenças temporais (Companhia) (p)	(3.375)	-	-	-	-	(3.375)
Deságio em controlada (Companhia) (p)	(426)	-	-	-	-	(426)
Propriedades para investimentos (Companhia) (p)	-	(6.911)	-	-	-	(6.911)
Propriedades para investimentos (CSA – Brasil) (p)	-	-	(56.934)	-	-	(56.934)
Diferenças temporais (Oxford) (p)	(313)	-	-	-	95	(218)
Deságio em controlada (Oxford) (p)	(4.623)	-	-	-	-	(4.623)
Propriedades para investimentos (Tropical) (p)	-	(6.066)	-	-	-	(6.066)
	(8.737)	(12.977)	(56.934)	-	95	(78.553)
Total de impostos diferidos, líquido	130.897	16.424	(56.934)	929	321	91.637
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos diferidos no ativo não circulante (soma de a)	139.634	29.401	-	929	(56.790)	113.174
Impostos diferidos no passivo não circulante (soma de p)	(8.737)	(12.977)	(56.934)	-	57.111	(21.537)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$160.840 em prejuízos fiscais (R\$148.001 em 31 de dezembro de 2016) e R\$174.677 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$161.663 em 31 de dezembro de 2016), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(1) Impostos diferidos da controlada indireta CSA:

A controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Controladora		Controlada Argentina	Consolidado
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais		
2018	6.965	(6.965)	1.301	1.301
2019	-	94	-	94
2020	-	3.237	-	3.237
2021	-	5.986	-	5.986
2022	-	7.244	-	7.244
2023	1.267	9.120	-	10.387
a partir de 2024	9.471	16.228	-	25.699
	-----	-----	-----	-----
	17.703	34.944	1.301	53.948
	=====	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não tem prazo para prescrição.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a controlada indireta CSA possuía R\$639.730 em prejuízos fiscais (R\$611.503 em 31 de dezembro de 2016) e R\$645.983 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$617.531 em 31 de dezembro de 2016), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos (passivo):

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimentos, vide nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, compensados os prejuízos fiscais ainda não reconhecidos que serão possíveis de compensação.

	2017
Valor justo	211.176
Total do custo residual	(43.722)

Mais valia apurada	167.454
Imposto de renda e contribuição social a pagar (34%)	56.934
	=====

(2) Impostos diferidos da controlada indireta SGUS:

A controlada indireta SGUS, com base em plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. A controlada indireta SGUS mantinha provisão integral dos créditos de ativos fiscais diferidos. Em 31 de dezembro de 2016, baseada na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais e no histórico de lucratividade dos últimos 3 anos, a controlada indireta SGUS concluiu que o valor de R\$54.583 era considerado realizável e reduziu a provisão nesse mesmo montante.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de impostos diferidos ativos é de R\$83.577 (R\$54.583 em 31 de dezembro de 2016), devido aos valores realizados durante o ano e a atualização das projeções futuras, incluindo o impacto da nova alíquota do imposto de renda nos Estados Unidos, resultando no reconhecimento adicional de R\$27.458. O efeito da variação cambial no exercício foi de R\$929.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da SGUS para os próximos 6 anos. Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos. A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

Ano	Controlada SGUS
2018	14.101
2019	13.166
2020	14.659
2021	14.342
2022	13.587
2023 em diante	13.722

	83.577
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2018 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a controlada SGUS possui saldo de R\$598.367 em prejuízos fiscais (R\$795.755 em 31 de dezembro de 2016), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(3) Impostos diferidos da controlada indireta Santanense:

A Santanense, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Controladora e consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2018	-	2.417	2.417
2019	-	2.702	2.702
2020	-	3.025	3.025
2021	-	3.358	3.358
2022	-	3.703	3.703
2023 e 2024	5.530	3.082	8.612
	-----	-----	-----
	5.530	18.287	23.817
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	-	23.499	21.646
Imposto de renda e contribuição social Antecipados	2.196	2.671	27.339	30.747
PIS e COFINS a recuperar	8.211	8.210	19.531	9.375
IVA/ingressos brutos – Argentina	-	-	2.195	8.898
VAT – China e México	-	-	1.103	1.034
IPI a recuperar	-	-	1.612	92
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	5.341	5.341	5.341	5.341
Outros impostos a recuperar	101	63	3.123	2.873
	-----	-----	-----	-----
Ativo circulante	15.849 (2.232)	16.285 (2.672)	83.743 (35.485)	80.006 (39.313)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	13.617 =====	13.613 =====	48.258 =====	40.693 =====

21. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, nos valores de R\$129.223, R\$19.190 e R\$4.627, respectivamente. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Processos fiscais:				
Contribuição social	-	-	791	791
CPMF	-	-	-	4.317
INSS	2.457	2.470	5.282	5.295
PIS e COFINS	938	1.250	4.203	4.511
IPI bandeira estrangeira	3.728	3.728	3.728	3.728
Outras	398	398	1.689	1.696
Trabalhistas	441	927	14.600	14.128
Cíveis e outras	6.061	3.745	9.072	6.522
	-----	-----	-----	-----
	14.023 =====	12.518 =====	39.365 =====	40.988 =====
Depósitos judiciais	20.481 =====	25.202 =====	42.547 =====	52.776 =====

Contribuição social – A Companhia é pólo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região da SUDENE. Em 2013, após sucessivas perdas, a Companhia encerrou o processo principal,

restando pendente apenas outras demandas de menor valor de suas controladas.

CPMF – A controlada SGPSA era pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro. Em 2017 o processo transitou em julgado com sentença desfavorável àquela controlada.

INSS – Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são polos ativos em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

PIS e COFINS – A Companhia e suas controladas são polo ativos em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

IPI Bandeira Estrangeira – A Companhia é polo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas – A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) – A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2016	Adições	Baixas	Saldos em 2017
Processos fiscais:				
Contribuição social	791	-	-	791
CPMF	4.317	-	(4.317)	-
INSS	5.295	-	(13)	5.282
PIS e COFINS	4.511	4	(312)	4.203
IPI Bandeira Estrangeira	3.728	-	-	3.728
Outras	1.696	2	(9)	1.689
Trabalhistas	14.128	4.048	(3.576)	14.600
Cíveis e outras	6.522	2.912	(362)	9.072
	-----	-----	-----	-----
	40.988	6.966	(8.589)	39.365
	=====	=====	=====	=====

22. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	153.389	186.618
Custo do serviço	1.067	914
Custo dos juros	6.189	7.167
(Ganho) perda atuarial	(3.751)	4.023
Pagamento de benefícios	(12.761)	(14.614)
Redução	(652)	-
Variação cambial	2.000	(30.719)
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	145.481	153.389
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	42.962	47.042
Retorno sobre os ativos	6.323	3.543
Contribuições do empregador	8.869	11.689
Pagamento de benefícios	(12.761)	(14.614)
Variação cambial	725	(4.698)
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.118	42.962
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	99.363	110.427
	=====	=====

	2017	2016
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	3,45% a 3,60%	3,75% a 4,15%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	3,75% a 4,15%	4,00% a 4,50%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.067	914
Custo dos juros, líquido	3.832	4.496
	-----	-----
Custo líquido do benefício	4.899	5.410
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 45% a 63% em investimentos de renda variável e 37% a 55% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

	2017	2016
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	22.243	20.374
Renda fixa	23.532	22.109
Caixa e equivalentes de caixa	343	479
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.118	42.962
	=====	=====

A controlada indireta SGUS espera contribuir R\$8.170 para os planos de benefício definido em 2018. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2018	11.681
2019	11.400
2020	11.012
2021	10.692
2022	10.384
2023 – 2027	46.878

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2017	2016
Provisão para plano de pensão	99.363	110.427
Outras provisões de benefícios a funcionários	4.990	5.710
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	104.353	116.137
Circulante (a)	(8.817)	(10.127)
	-----	-----
Não circulante	95.536	106.010
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ATIVOS --				
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	405	286	172.016	183.420
Títulos e valores mobiliários	-	-	62.634	44.431
Duplicatas a receber	-	-	591.176	592.389
Outros créditos a receber	378	252	36.717	42.616
NÃO CIRCULANTE:				
Realizável a longo prazo:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	63.819	62.057
Partes relacionadas	179.746	136.590	119.779	88.856
Valores a receber de clientes	-	-	37.388	24.288
Valores a receber – venda de imobilizado	-	-	54.587	54.880
Outros créditos e valores a receber	2.060	2.061	18.527	13.770
PASSIVOS --				
CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	113.578	107.611	706.598	626.086
Debêntures	-	-	11.952	134.993
Fornecedores	124	58	182.994	154.583
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	7.202	6.304
Compra de imóvel para investimento	28.547	34.296	28.547	34.296
Concessões governamentais	-	-	19.473	17.617
Outras contas a pagar	9.716	12.174	52.217	66.071
NÃO CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	19.848	-	658.704	608.041
Debêntures	-	-	36.643	-
Concessões governamentais	-	-	42.784	48.744
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	13.816	15.463
Partes relacionadas	200.801	113.250	2.072	1.632
Compra de imóvel para investimento	36.808	64.042	36.808	64.042
Outras obrigações	18.957	26.375	13.219	10.702

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como "Empréstimos e recebíveis", no caso de ativos, ou "Outros passivos financeiros", no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, não há operações em instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que

reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

Total dos investimentos no exterior	2017	2016
Investimentos em controladas	206.660	130.948
Em milhares de Dólares equivalentes	62.473	40.179
	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

Instrumentos financeiros	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	11.653	1.971
Duplicatas a receber	62.743	55.275
Títulos e valores mobiliários	63.819	62.057
Fornecedores	(1.688)	(1.152)
Empréstimos e financiamentos	(260.077)	(204.722)
Partes relacionadas	1.394	54.412
Total da exposição em Reais	122.156	(32.159)
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	36.927	(9.867)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2018	Alta do Dólar	(23.372)	(3.485)	(23.685)	(43.885)
2019	Alta do Dólar	(20.063)	(4.507)	(22.227)	(39.946)
2020	Alta do Dólar	8.508	3.361	11.238	19.114
2021	Alta do Dólar	(2.000)	(1.600)	(3.654)	(5.708)
		(36.927)	(6.231)	(38.328)	(70.425)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de

dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Em 2017, a controlada indireta CSA registrou um ganho de R\$2.922 (em 2016 um ganho de R\$4.174)

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 19. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos exercícios de 2017 e 2016.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Bancários - CDI da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2017			2016	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	2.296	(1.650)	165.646	164.795
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	2.296	(1.819)	165.477	164.128
Contrato de empréstimo -- Juros: IRP + 11,20% Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: junho/2018	60.000	474	(360)	60.114	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: outubro/2018	19.230	62	(181)	19.111	-

Descrição	2017			2016
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 125,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: abril/2017	-	-	-	-
				8.409
Contrato de empréstimo -- Juros: 131,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: maio/2017	-	-	-	-
				11.478
Contrato de empréstimo -- Juros: 133,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: agosto/2017	-	-	-	-
				22.178
Contrato de empréstimo -- Juros: 133,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: setembro/2017	-	-	-	-
				20.021
Contrato de empréstimo -- Juros: 131,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCI Vencimento: abril/2017	-	-	-	-
				7.895
(referência à nota explicativa nº 13)				410.348
				398.904
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2018	40.000	880	-	40.880
				41.730
Contrato de empréstimo -- Juros: 115,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2018	40.000	803	(222)	40.581
				-
(referência à nota explicativa nº 13)				81.461
				41.730
Contrato de empréstimo -- Juros: 129,9% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2017	-	-	-	-
				30.543
Contrato de empréstimo -- Juros: 129,9% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2017	-	-	-	-
				20.345
(referência à nota explicativa nº 13)				-
				50.888
Contrato de empréstimo -- Juros: 132,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: fevereiro/2018	100.000	1.012	-	101.012
				104.237
(referência à nota explicativa nº 13)				101.012
				104.237
Contrato de empréstimo -- Juros: 137,5% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2018	4.167	13	-	4.180
				14.229
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: julho/2018	3.306	2	(43)	3.265
				8.510

Descrição	2017			2016
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5% Contraparte: Bradesco S.A. Vencimento: dezembro/2018	15.000	143	(158)	14.985
(referência à nota explicativa nº 13)				22.430
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2020	48.610	701	-	49.311
(referência à nota explicativa nº 13)				49.311
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,3% Contraparte: BDMG S.A. Vencimento: novembro/2019	16.004	1.948	(221)	17.731
(referência à nota explicativa nº 13)				17.731
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,4% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2020	17.500	29	-	17.529
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2020	20.000	34	-	20.034
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,4% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2020	22.500	104	-	22.604
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,6% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: setembro/2020	20.000	73	-	20.073
(referência à nota explicativa nº 13)				80.240
Contrato de empréstimo -- Juros: 89,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: maio/2019	62.144	311	(246)	62.209
Contrato de empréstimo -- Juros: 103,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: fevereiro/2020	53.383	1.169	(445)	54.107
Contrato de empréstimo -- Juros: 118,8% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: novembro/2020	55.147	239	(746)	54.640
(referência à nota explicativa nº 13)				170.956
Debêntures -- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2020	50.000	87	(1.492)	48.595
	976.991	12.676	(7.583)	982.084
	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2018	Alta do CDI	900.430	61.779	84.183	99.635
2019	Alta do CDI	444.146	33.860	60.015	71.881
2020	Alta do CDI	243.191	17.467	38.051	45.748
2021	Alta do CDI	80.639	5.569	11.621	14.011
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.451.006	745.683	476.781	228.502	40
Debêntures	55.459	15.567	39.892	-	-
Fornecedores	182.994	182.994	-	-	-
Partes relacionadas	2.073	-	2.073	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	1.691.532	944.244	518.746	228.502	40
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	133.606	107.611	1.365.302	1.234.127
Debêntures	-	-	48.595	134.993
Caixa e equivalentes de caixa	(405)	(286)	(172.016)	(183.420)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(126.453)	(106.488)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	133.201	107.325	1.115.428	1.079.212
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	825.938	720.216	1.481.996	1.313.626
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	959.139	827.541	2.597.424	2.392.838
	=====	=====	=====	=====

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas separadamente em cada controlada direta e indireta, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem três segmentos operacionais.

A controlada SGPSA possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

A controlada indireta AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (“Brins”) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

	2017						
	América do Sul				América do Norte	(*) Outras não alocáveis	
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado		Total
Receita operacional líquida	1.235,5	252,8	418,5	1.906,8	784,6	(113,6)	2.577,8
Custo dos produtos vendidos	(913,9)	(123,2)	(326,3)	(1.363,4)	(658,2)	113,6	(1.908,0)
Lucro bruto	321,6	129,6	92,2	543,4	126,4	-	669,8
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(217,1)	(127,4)	(56,5)	(401,0)	(66,5)	(18,3)	(485,8)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	25,1	25,1
Variação do valor justo de propriedades para investimentos	-	-	-	-	-	46,9	46,9
Outras, líquidas	8,7	(1,1)	0,7	8,3	11,0	(3,9)	15,4
Resultado operacional	113,2	1,1	36,4	150,7	70,9	49,8	271,4
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(213,9)	(213,9)
Resultado antes dos impostos	113,2	1,1	36,4	150,7	70,9	(164,1)	57,5
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Depreciação e amortização	67,0	3,9	11,4	82,3	2,8	0,2	85,3
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total de ativos	2.281,8	139,7	514,0	2.935,5	502,7	105,7	3.543,9
Total de passivos	(1.256,9)	(104,3)	(251,4)	(1.612,6)	(352,7)	(96,6)	(2.061,9)
Total de ativos (passivos) líquidos	1.024,9	35,4	262,6	1.322,9	150,0	9,1	1.482,0
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2016						
	América do Sul				América do Norte	(*) Outras não alocáveis	
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado		Total
Receita operacional líquida	1.156,3	252,1	376,6	1.785,0	965,2	(91,4)	2.658,8
Custo dos produtos vendidos	(830,2)	(121,5)	(315,1)	(1.266,8)	(802,9)	91,4	(1.978,3)
Lucro bruto	326,1	130,6	61,5	518,2	162,3	-	680,5
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(201,0)	(141,7)	(53,6)	(396,3)	(79,8)	(20,3)	(496,4)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(101,8)	(101,8)
Outras, líquidas	(8,5)	0,1	(2,9)	(11,3)	3,5	(1,2)	(9,0)
Resultado operacional	116,6	(11,0)	5,0	110,6	86,0	(123,3)	73,3
Provisão para desvalorização de ativos	-	(19,1)	-	(19,1)	-	-	(19,1)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(258,9)	(258,9)
Resultado antes dos impostos	116,6	(30,1)	5,0	91,5	86,0	(382,2)	(204,7)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Depreciação e amortização	65,1	9,6	11,5	86,2	3,0	-	89,2
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total de ativos	2.080,0	143,1	436,0	2.659,1	477,8	202,0	3.338,9
Total de passivos	(1.128,1)	(96,6)	(188,6)	(1.413,3)	(417,9)	(194,1)	(2.025,3)
Total de ativos (passivos) líquidos	951,9	46,5	247,4	1.245,8	59,9	7,9	1.313,6
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários e varejo. Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	2017	2016
Vendas Líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	987,0	1.023,6
Utility bedding	669,0	775,5
Produtos intermediários	669,0	607,6
Varejo	252,8	252,1
	-----	-----
	2.577,8	2.658,8
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	31,5	32,8
Utility bedding	44,6	46,3
Produtos intermediários	42,8	43,8
	-----	-----
	118,9	122,9
	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2017 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 10% das vendas líquidas.

25. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2017	2016
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(1.632.068)	(1.591.242)
Benefícios a empregados	(522.424)	(523.685)
INSS	(61.350)	(46.240)
Depreciação e amortização	(85.304)	(89.196)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	5.725	(81.165)
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	(1.127)	(29.229)
Outros custos e despesas	(97.184)	(114.014)
	-----	-----
Total das despesas por natureza	(2.393.732)	(2.474.771)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2017	2016
Custo dos produtos vendidos	(1.907.973)	(1.978.334)
Vendas	(306.200)	(312.722)
Gerais e administrativas	(164.310)	(169.218)
Honorários da administração	(15.249)	(14.497)
Total das despesas por função	(2.393.732)	(2.474.771)
	=====	=====

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	3.143.074	3.249.830
Deduções das vendas	(565.346)	(590.980)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.577.728	2.658.850
	=====	=====

27. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	2017	2016
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	49.808	(140.823)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	30.636.457	30.636.457
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	1,6258	(4,5966)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

a) Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada indireta CSA emitiu a 4ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente integralizadas.

Características da 4ª Emissão de Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	150.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais
Vencimento 1ª parcela	19/05/2018
Vencimento 12ª parcela	19/02/2021
Remuneração	100% do CDI + 2,75% a.a.
Amortização dos juros	12 parcelas trimestrais iguais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)
Destinação dos recursos	(3)

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da CSA, referidos na nota explicativa nº 10.3 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor de emissão das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 1,67 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A. e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia não possui compromisso pela manutenção de índices financeiros.

(3) Parte dos recursos serão destinados obrigatoriamente para pagamento integral do financiamento junto ao Banco Itaú BBA S.A. (vide nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras) e o saldo para reforço de capital de giro.

b) Em 28 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a alienação da totalidade das ações representativas do capital social de sua controlada Tropical Agroparticipações S.A., cujo patrimônio é representado pela Fazenda Tropical, constituída por 31.435,70 hectares. A alienação ainda não ocorreu e está sujeita que a administração adote providências necessárias à eventual celebração de contrato de compra e venda.

* * * * *